



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF DIEGO DE OLIVEIRA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DOS DOCUMENTOS DE INTELIGÊNCIA PARA AS
OPERAÇÕES FURACÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO-RJ**

**Rio de Janeiro
2018**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF DIEGO DE OLIVEIRA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DOS DOCUMENTOS DE INTELIGÊNCIA PARA AS
OPERAÇÕES FURACÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO-RJ**

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Gestão Operacional.

**Rio de Janeiro
2018**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO**

DECEX - DESMIL

**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)
DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
FOLHA DE APROVAÇÃO**

Autor: **Cap Inf DIEGO DE OLIVEIRA DA SILVA**

Título: **A IMPORTÂNCIA DOS DOCUMENTOS DE INTELIGÊNCIA PARA AS OPERAÇÕES FURACÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO-RJ**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ **CONCEITO:** _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
<p>_____ ALEXANDER FERREIRA DA SILVA - TC Cmt Curso e Presidente da Comissão</p>	
<p>_____ THIAGO DE PAULA SOTTE - Cap 1º Membro e orientador</p>	
<p>_____ FABIO DOS SANTOS MOREIRA - Cap 2º Membro</p>	

DIEGO DE OLIVEIRA DA SILVA – Cap
Aluno

A IMPORTÂNCIA DOS DOCUMENTOS DE INTELIGÊNCIA PARA AS OPERAÇÕES FURACÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO-RJ

DIEGO DE OLIVEIRA DA SILVA*

THIAGO DE PAULA SOTTE**

RESUMO

Neste artigo, buscou-se entender a importância dos documentos de inteligência nas operações que foram desencadeadas na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2017 denominadas Operação Furacão, concluindo se realmente são importantes a documentação produzida pela seção de inteligência ou são formalidades que não acrescentam para o êxito da missão. Inicialmente, foram abordados as generalidades do emprego em operações de Garantia da Lei e da Ordem, citando os antecedentes a base legal para o emprego e mostrando as peculiaridades da operação furacão. Posteriormente, foi apresentado doutrinariamente como funciona a inteligência no Exército Brasileiro para esse tipo de missão. Por fim, foi discutido a real necessidade dos documentos de inteligência para este tipo de operação, concluindo sobre sua contribuição para a missão imposta e servindo como base de dados para missões futuras.

Palavras-chave: Inteligência. Operação de garantia da lei e da ordem. Operação furacão

ABSTRACT

In this article, we sought to understand the importance of intelligence documents in the operations that were unleashed in the city of Rio de Janeiro in the year 2017 called Operation Hurricane, concluding whether the documentation produced by the intelligence section is really important, or are formalities that do not add for the success of the mission. Initially, the generalities of employment in Law and Order Guarantee operations were addressed, as the hurricane operation is in this context, citing the legal basis for employment and showing the peculiarities of the hurricane operation. Subsequently, it was presented doctrinally how the intelligence in the Brazilian Army works for this type of mission. Finally, the real need for intelligence documents for this type of operation was discussed, concluding on their contribution to the mission imposed and serving as a database for future missions.

Keywords: Intelligence. Operation of law and order guarantee. Operation hurricane

*Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2008.

**Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2007. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2017.

1 INTRODUÇÃO

A tomada acertada de decisões sempre dependeu de um assessoramento oportuno. Pessoas em funções de chefia, direção ou comando necessitam constantemente de informações concementes ao ambiente no qual estão inseridas de forma a poderem decidir com o mínimo de incertezas possíveis (AFONSO, 2009, p.8)

O presente estudo visa compreender a importância dos documentos de inteligência que um Batalhão de Infantaria emprega nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que foram desencadeadas na cidade do Rio de Janeiro-RJ, no ano de 2017.

As operações GLO estão enquadradas no escopo das Operações de Apoio a Órgãos Governamentais e caracterizam-se como operações de não guerra (BRASIL, 2016).

Nas Op GLO a Inteligência deverá disponibilizar conhecimentos acerca das características das Forças Oponentes, da área de operações e das características da população da região envolvida (BRASIL, 2016).

O minucioso conhecimento das características das Forças Oponentes e da área de operações, com particular atenção para a população que nela reside, proporcionará condições para a neutralização ou para a supressão da capacidade de atuação das Forças Oponentes, com o mínimo de danos à população e de desgaste para a força empregada nas Op. (BRASIL, 2016)

A atividade de Inteligência deverá anteceder ao início da Op, sendo desenvolvida, com ênfase na fase preventiva, com acompanhamento das potenciais ações das Forças Oponentes. A produção do conhecimento apoiará as ações das forças empregadas e fornecerá dados para o desenvolvimento das atividades de Comunicação Social e de Operações de Apoio à informação (BRASIL, 2016).

A falta de conhecimento sobre a Força Oponente, sobre a política local, os costumes e a cultura, bem como a forma de diferenciar entre a população dos Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP), muitas vezes leva a ações que podem resultar em situações não intencionais e consequências desvantajosas, tais como atacar alvos inadequados ou ofender ou causar desconfiança entre a população local. Esta falta de conhecimento pode potencialmente ameaçar o cumprimento da missão (BRASIL, 2016)

Em 2017, com a crise na segurança pública na cidade do Rio de Janeiro, as Forças Armadas (FA) foram chamadas para atuar na cidade por meio de operações GLO. Nesse contexto foram desencadeadas uma série de missões, denominada Operação Furacão. Essas operações não possuíam um local específico de atuação. Muitas operações foram desencadeadas ao longo da cidade em diversas comunidades, onde a cada missão o objetivo era obter a surpresa e agilidade nas ações.

Os documentos de inteligência produzidos pelos Batalhões empregados nessas missões, será objeto de estudo desse trabalho, no qual evidenciaremos sua importância.

1.1 PROBLEMA

Observando o tema em questão surge o seguinte questionamento: Em que medida os documentos da 2ª seção auxiliam na obtenção de conhecimento sobre líderes de facções criminosas e formação de banco de dados para missões futuras, nas operações Furacão?

1.2 OBJETIVOS

Para direcionar a metodologia do trabalho, foram apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos deste estudo, como se segue.

1.2.1 Objetivo Geral

O Objetivo geral desse trabalho é examinar a importância dos documentos de inteligência utilizados pelos integrantes da 2ª seção, e ressaltar a contribuição para a eficiência e o sucesso da missão, mantendo a credibilidade da Instituição, nas Operações furacão, em 2017.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo deste estudo e seguir um caminho até sua conclusão, foram formulados objetivos específicos, como segue:

- Descrever o ciclo da Inteligência Militar, descrever o Exame de situação de Inteligência, apresentar o Processo de Integração Terreno, condições Meteorológicas, Inimigo e Considerações Civis (PITCIC), descrever a Operação furacão, identificar os documentos de inteligência que são elaborados pelos integrantes da 2ª seção.

1.3 JUSTIFICATIVA

O emprego das FA em operações GLO, é cada vez mais recorrente, e a atuação dos integrantes da 2ª seção nessas operações é fundamental no processo decisório.

A rapidez das informações exige, dos quadros, um contínuo aperfeiçoamento das técnicas, táticas e procedimentos previstos em manual. Isso se torna importante pois permite que a informação necessária chegue tanto aos elementos que estão em 1º escalão quanto ao comandante do batalhão, facilitando a sua tomada de decisão.

E a documentação produzida pela 2ª seção, que guiará o esclarecimento das atividades ao escalão superior quanto as informações importantes para a tropa empenhada. Torna-se essencial que a produção dos documentos da 2ª seção contenha um alto grau de meticulosidade e cuidado, uma vez que essa documentação será uma poderosa ferramenta para otimizar o processo decisório do comandante da operação e usada como base de dados em missões futuras.

2 METODOLOGIA

O presente capítulo visa um estudo com aplicação prática às Ciências Militares, sem usar métodos estatísticos, sendo assim uma pesquisa aplicada e qualitativa. Visando esclarecer a importância dos documentos da 2ª seção durante a Op Furacão, em 2017.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

A presente seção objetivou descrever o caminho a ser percorrido a fim de solucionar o problema proposto. Iniciou-se com pesquisas documentais e bibliográficas procurando os seguintes aspectos:

-Descrever o ciclo da Inteligência Militar, para entendermos como vetor inteligência trabalha na Força Terrestre;

-Descrever como funciona o Exame de situação de Inteligência;

Mostrar a complexidade do trabalho dos integrantes da 2ª seção através do PITCIC

As peculiaridades da a operação Furacão;

Identificar os documentos de inteligência que são mais usados nessas operações.

-As fontes de onde se extraíram as informações foram os manuais em vigor do EB, buscando entender um pouco da doutrina de inteligência para embasar nossa pesquisa.

Os critérios de inclusão utilizados foram: portarias, decretos, regulamentos e sites oficiais que abordam sobre as Op GLO e sobre a inteligência militar voltado para operações de GLO.

Os critérios de exclusão utilizados foram: portarias revogadas, e a parte de inteligência militar voltada para defesa externa.

2.2 INSTRUMENTOS

Devido a limitação da pesquisa, foi empregada uma coleta documental como embasamento para o estudo.

E foi feito uma entrevista com militares que comandaram SU e chefiaram 2ª seção durante a operação Furacão em 2017, com a intenção de verificar de que forma os documentos da 2ª seção auxiliam nas Op Furacão.

A entrevista com especialista, possibilitou aprofundar o conhecimento sobre uma nova ótica. A do comandante de companhia como elemento de primeiro escalão que necessita das informações, e do chefe da 2ªseção que fornece os dados para o cumprimento da missão. Além do que, percebeu-se a necessidade de atualização de alguns procedimentos.

Através da entrevista, verificou-se que alguns pontos citados como oportunidade de melhoria, era comum tanto ao chefe da 2ª seção como ao comandante de companhia, e possibilitou a oportunidade de confrontar a idéia teórica da idéia na prática.

Ressaltaram ainda a importância dos relatórios que eram feitos por término de missão, no qual auxiliava o aprimoramento nas técnicas táticas e procedimentos a cada nova missão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De maneira geral, a pesquisa bibliográfica possibilitou descrever o ciclo da inteligência militar, o exame de situação de inteligência e o PITCIC como uma forma de mostrar as ferramentas doutrinárias utilizadas no Exército.

Descrever a legislação que ampara o emprego das FA em Op GLO, descrever o que são as Op GLO e como as Op Furacão funcionam dentro deste contexto.

A entrevista trouxe a parte real da missão, onde os comandantes de companhia e chefes da 2ª seção relatam o que realmente é utilizado e o que funciona na prática, mostrando se existe diferença entre o que é planejado e o que é executado.

Ainda foram levantados alguns tópicos sobre oportunidades de melhoria, visando sempre evoluir a cada missão

3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1.1 Operação de Garantia da Lei e da Ordem

3.1.1.2 Antecedentes

O emprego das FA em operações de garantia da lei e da ordem possui embasamento constitucional antes da constituição atual como aparece no MD33_M10 A referência do emprego das Forças Armadas em atividades de segurança pública já se fizesse presente em Constituições anteriores, a atuação das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem previstas no art. 142 da Constituição Federal de 1988 somente veio a ser disciplinada, em âmbito infraconstitucional, com o advento da Lei Complementar nº 97/99. A regulamentação desta forma de emprego veio a ocorrer com a aprovação do Decreto nº 3.897/2001.(BRASIL-2014).

3.1.1.3 Conceito

As operações do tipo GLO desenvolvidas pelas FA, são bastante complexas e necessitam estar bem fundamentadas para o sucesso da missão. Encontramos todo conceito no MD33_M10 manual de GLO do Ministério da Defesa, Operação de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO)

É uma operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem (Artigos 3o, 4o e 5o do Decreto No 3.897, de 24 de agosto de 2001).

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) caracterizam-se como operações de “não guerra”, pois, embora empregando o Poder Militar, no âmbito interno, não envolvem o combate propriamente dito, mas podem, em circunstâncias especiais, envolver o uso de força de forma limitada.

As Op GLO abrangerão o emprego das FA em variados tipos de situações e atividades, em face das diversas formas com que perturbações da ordem e as ameaças à incolumidade das pessoas e do patrimônio poderão se apresentar, e levarão em conta o disposto no Decreto no 3.897, de 24 de agosto de 2001, especialmente os artigos 2o, 3o, 4o e 5o.

A diversidade de missões a serem executadas e a variedade de situações que poderão ocorrer exigirão, em cada caso, um cuidadoso estudo das condicionantes para o emprego das FA e para a adoção das medidas e ações adequadas às situações apresentadas, coerentes com os fundamentos e conceitos abordados nesta publicação. Os planejamentos, para a execução de Op GLO, deverão ser elaborados no contexto da Segurança Integrada, podendo ser prevista a participação de órgãos:

- a) do Poder Judiciário;
- b) do Ministério Público;
- c) da Segurança Pública

O emprego das Forças Armadas em Op GLO tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos a isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem. (Artigos 3o, 4o e 5o do Decreto No 3.897, de 24 de agosto de 2001. Parágrafo 3o do Art. 15 da LC 97, de 09 de junho de 1999.)

Em caso de emprego nas condições previstas no item anterior, caberá à autoridade competente, mediante ato formal, transferir o controle operacional dos órgãos de segurança pública (OSP) necessários ao desenvolvimento das ações, para a autoridade encarregada das operações. Esta deverá constituir, sob seu controle operacional, um Centro de Coordenação de Operações (CCOp), composto por representantes dos órgãos públicos e/ou outros órgãos e agências, nos níveis federal, estadual e municipal, bem como empresas e ONG.

A decisão do emprego das FA na garantia da lei e da ordem compete exclusivamente ao Presidente da República, por iniciativa própria, ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados. O Presidente da República, à vista de solicitação do Governador de Estado ou do Distrito Federal, poderá, por iniciativa própria, determinar o emprego das FA para a garantia da lei e da ordem

A decisão presidencial de emprego das Forças Armadas será comunicada ao Ministro de Estado da Defesa por meio de documento oficial que indicará a missão, os demais órgãos envolvidos e outras informações necessárias.

Após a determinação do Presidente da República, o Ministro da Defesa expedirá Diretriz pela qual serão ativados os órgãos operacionais das FA que desenvolverão, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado das Op GLO. (BRASIL, 2014)

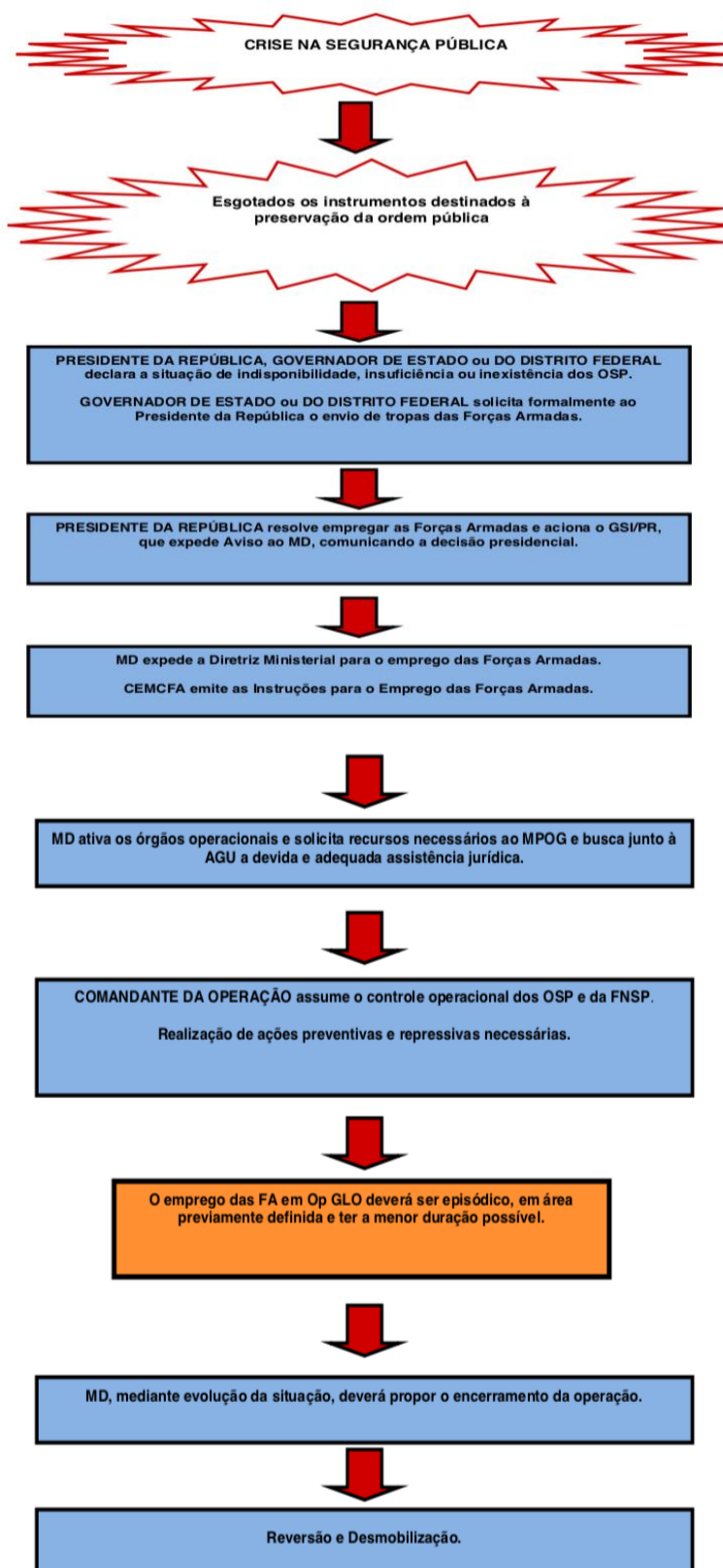


Figura 1 – Esquema de acionamento das Forças Armadas em GLO

Fonte: MD33-M-10

A figura mostra um modelo de esquema de acionamento das Forças Armadas em GLO, na hipótese de esgotamento dos instrumentos destinados à preservação da ordem pública, retirado do MD33-M-10 Manual de GLO do Ministério da Defesa.

Esse exemplo, explica de forma didática como funciona o acionamento das FA, mostrando desde o motivo do acionamento, percorrendo todas as fases até a desmobilização. Mostrando que para o empregar a tropa com todas as garantias e embasamento, deve-se percorrer um caminho meticuloso que não cabe improvisações e cada ator na sua fase tem função essencial nessa engrenagem.

O sucesso da missão começa com a obediência dessa sequência, e garante ao comandante respaldo para atuar com a sua tropa dentro da legalidade como prescreve nossa constituição a respeito da nossa forma de emprego.

3.1.1.4 Base Legal e principais referências

Esse tipo de operação detém um alto grau de complexidade e necessita de um amparo legal muito bem ajustado, para que a tropa possa atuar com respaldo jurídico e preservar o nome da instituição.

Encontramos a base legal para a atuação da tropa nesse tipo de operação no MD33_MD10 que é a seguinte:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
 Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela LC nº 117, de 2 de setembro de 2004 e LC nº 136, de 25 de agosto de 2010 (dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das FA);
 Decreto nº 3897, de 24 de agosto de 2001 (fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem). (BRASIL 2014)

Ainda no mesmo manual encontramos as principais referências para embasar a atuação das FA.

- a) Lei nº 4.737, de 17 de julho de 1965 (institui o Código Eleitoral);
- b) Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 (dispõe sobre a Faixa de Fronteira);
- c) Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências);
- d) Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm);
- e) Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 (dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública);

f) Decreto-Lei n^o 1.001, de 21 de outubro de 1969 (aprova o Código Penal Militar);

g) Decreto-Lei n^o 1.002, de 21 de outubro de 1969 (aprova o Código de Processo Penal Militar);

h) Decreto n^o 88.777, de 30 de setembro de 1983, (aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares - R-200);

i) Decreto no 4.332, de 12 de agosto de 2002, (estabelece normas para o planejamento, a coordenação e a execução das medidas de segurança a serem implementadas durante as viagens presidenciais em território nacional);

j) Decreto n^o 4.411, de 7 de outubro de 2002 (dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação);

k) Decreto n^o 4.412, de 7 de outubro de 2002 (dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas);

l) Decreto n^o 5.129, de 6 de julho de 2004 (dispõe sobre a Patrulha Naval);

m) Decreto n^o 5.144, de 16 de julho de 2004 (regulamenta os §§ 1o, 2o e 3o do art. 303 da Lei n^o 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no que concerne às aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins);

n) Decreto n^o 5.289, de 29 de novembro de 2004 (disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública - FNSP);

o) Decreto no 5.484, de 30 de junho de 2005 (Aprova a Política de Defesa Nacional);

p) Decreto no 6.555, de 08 de setembro de 2008 (Dispõe sobre as ações de comunicação no Poder Executivo Federal);

q) Decreto no 6.869, de 4 de junho de 2009 (dispõe sobre a coordenação e articulação dos órgãos federais, bem como sobre os níveis de proteção dos navios e das instalações portuárias, da adoção de medidas de proteção aos navios e instalações portuárias, e institui a Rede de Alarme e Controle dos Níveis de Proteção de Navios e Instalações Portuárias);

r) Decreto n^o 7.496, de 8 de junho de 2011 (institui o Plano Estratégico de Fronteiras);

s) Decreto Legislativo no 373, de 25 de setembro de 2013 (Dispõe sobre Política e Estratégia Nacionais de Defesa e Livro Branco de Defesa);

t) Código Internacional para a Proteção de Navios e de Instalações Portuárias (Código ISPS);

u) Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no mar (SOLAS 74); e

v) Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação marítima (Convenção SUA-88) e seu Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas localizadas na Plataforma Continental. (BRASIL, 2014)

3.1.2 Operação Furacão

Com o objetivo de reduzir o crime organizado, combater os homicídios, e resolver a crise da segurança pública que se instaurou no Rio de Janeiro em 2017, foi lançado

o Plano Nacional de Segurança Pública e nesse contexto contaria com o auxílio das FA. Com isso, as FA visando colaborar com o Plano Nacional de Segurança Pública buscou uma maneira de atuar na cidade do Rio de Janeiro de forma rápida utilizando a surpresa como aliada sem abandonar a doutrina da Força Terrestre, assim nasceu a Operação Furacão.

São operações que iniciam ainda pela madrugada visando a surpresa, geralmente a atuação na op furacão é curta com o objetivo de atuar em diversas localidades em um curto espaço de tempo. As principais ações táticas desenvolvidas na Operação furacão são o Cerco, o investimento, ações dinâmicas no interior da comunidade, ações fixas em estradas e no interior da comunidade.

A operação de cerco, era para auxiliar o investimento nas comunidades pelos órgãos de segurança pública no cumprimento de mandados judiciais, quando um batalhão recebe uma zona de ação que não conta com apoio dos órgãos de segurança pública ele também fica responsável pelo investimento na comunidade.

As ações dinâmicas no interior da comunidade eram feitas através de patrulhas, que poderiam ser feitas a pé ou motorizadas dependendo da missão. A fração mínima e mais comum nesse tipo de atuação é patrulha nível grupo de combate, onde esse grupo é composto por 09 militares sendo 01(um) 3º Sargento, 02(dois) Cabos e 06(seis) Soldados.

As ações fixas em estradas e no interior da comunidade eram por meios de Pontos de Bloqueio e Controle de vias Urbanas (PBCVU), onde a fração mínima era nível grupo de combate.

Já os elementos da 2ª seção possuíam algumas atribuições que cabe destacar como o assessoramento ao cmt de batalhão, registro fotográfico da zona de ação para montagem de banco de dados, ligar-se com órgãos de segurança pública da região e/ou envolvidos na missão, preencher documento de inteligência sobre alteração na operação, preencher relatório ao término da missão.

A Operação furacão possui algumas peculiaridades bem características dessa nova forma de atuar. Uma peculiaridade que chama bastante atenção é o pouco tempo de planejamento, ponto bastante criticado pelos chefes da 2ª seção e comandantes de companhia durante as entrevistas. A compartimentação da informação é um dos pilares para evitar o risco do vazamento sobre a operação, com isso, os comandantes de companhia recebiam a ordem com pouco tempo para o seu planejamento.

Uma peculiaridade que foi alvo de elogios pelos comandantes de companhia eram o apoio de blindados. Toda operação contava com essa poderosa ferramenta de proteção e dissuasão. Esse apoio dava a tropa a confiança de avançar e saber que em caso de necessidade contaria com uma proteção junto de sua posição. em que a proteção blindada.

Cabe salientar também o ambiente interagências dessa missão, onde existe o apoio da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro (PMRJ), da Polícia Civil e em algumas missões da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A missão é nível Batalhão, onde cada Cmt de OM partia para a missão com seu estado maior (EM), suas Companhias de Fuzileiros (Cia Fuz) e a Companhia de Comando e Apoio (Cia C Ap).

3.1.2 Ciclo da inteligência militar

O Ciclo da Inteligência Militar é definido como uma sequência ordenada de atividades, segundo a qual dados são obtidos e conhecimentos são produzidos e colocados à disposição dos usuários de forma racional. Ele permite eficazmente a produção do conhecimento a ser empregado pelos diversos usuários (BRASIL, 2016). Basicamente é um conjunto de atividades que é feito em sequência onde os integrantes da 2ª seção reúnem os dados e vão lapidando até chegar no produto final para auxiliar no processo decisório do comandante.

Atualmente a Inteligência Militar Brasileira atua com seu ciclo de inteligência em 4 etapas: Orientação, Obtenção, Produção e Difusão.

O faseamento do Ciclo Intlg compreende a orientação, a obtenção, a produção e a difusão para o comandante e seu Estado-Maior e para outros decisores (BRASIL, 2016).

Para que o produto da Inteligência Militar seja efetivo, é necessário que haja uma constante realimentação no ciclo, envolvendo direta e indiretamente todos os integrantes da Força, de modo que ele se mantenha atualizado e capaz de responder às necessidades do usuário. Ele é o “motor” da Função de Combate Inteligência (BRASIL, 2016).

A execução do Ciclo de Inteligência permite não descartar nenhum aspecto e produzir conhecimentos utilizando bases científicas garantindo credibilidade ao produto, dando um suporte eficaz ao processo decisório.

A orientação é a primeira fase do ciclo de Inteligência, e nela são definidas as ameaças e estabelecidas as diretrizes para o planejamento e a execução das atividades e tarefas relacionadas à Inteligência. (BRASIL, 2016)

A orientação é de responsabilidade do Comandante, devendo este, em função da missão a cumprir, definir as ações a serem executadas. (BRASIL, 2016)

Uma vez iniciado o ciclo, a fase da orientação passa a acompanhar e supervisionar as execuções do trabalho de Intlg desenvolvido e analisar os resultados alcançados, logrando ter a capacidade, se necessário, de reorientar a Atv Intlg em andamento.

A Obtenção é a segunda fase do Ciclo de Inteligência, nesta fase, são obtidos dados, informações e conhecimentos que servirão de matéria prima para a etapa da produção, por meio do planejamento e emprego de meios especializados ou não (pessoal e material). Contribuem para a obtenção, em tempo de paz ou de conflito, todas as ações conduzidas por tropas especializadas e não especializadas. (BRASIL, 2016)

A obtenção não inclui apenas o pessoal e os meios especializados. Dela também fazem parte todos àqueles que realizam atividades próprias a ela. Todo militar é, assim, um meio de obtenção de dados. (BRASIL, 2016)

Produção é a terceira fase do Ciclo de Inteligência nesta fase são produzidos os conhecimentos que irão atender os EEI definidos pelo Cmt, quando do recebimento da missão e durante a execução das ações decorrentes. Assim, mediante a aplicação de uma metodologia específica, dados e informações são convertidos em conhecimentos de Inteligência. (BRASIL, 2016)

Este conjunto de atividades indica que a fase de produção envolve de uma forma quase simultânea, a realização de atividades intelectuais contínuas de análise e dedução. (BRASIL, 2016)

Na fase de difusão são divulgados os conhecimentos resultantes para o Comandante e o seu Estado-Maior, órgãos ou escalões que os solicitou e, ainda, mediante ordem, para quem tais conhecimentos possam interessar ou ser útil. A difusão dos conhecimentos de Inteligência é feita por intermédio de vários tipos de canais de transmissão, observando o princípio da oportunidade e segurança, podendo ser verbal ou escrito (digital ou não), de acordo com a situação. (BRASIL, 2016)

Dando exemplos práticos da Operação furacão, uma das maiores dificuldades dos comandantes de de companhia foi o tempo curto de planejamento. Por imposição do escalão superior, o recebimento da missão é feito algumas horas antes da

execução dificultando o estudo detalhado do terreno e orientações mais precisas aos subordinados. Outra oportunidade de melhoria relatada pelos comandantes de companhia foi que nos relatórios de término de missão deveriam estar com fotos anexadas da zona de ação da companhia, devido as características e locais da operação, o nível de segurança e stress eram altos e como a menor fração nessa missão era grupo de combate, a fotografia ficava à cargo do comandante do grupo de combate, uma vez que era proibido o uso de celular durante a operação por parte dos cabos e soldados, com isso o comandante do grupo em algum momento da operação não estava atento aos procedimentos dos integrantes do seu grupo, com esses relatos da entrevista deixa claro a dificuldade na coleta de dados, peça fundamental na engrenagem do ciclo de inteligência.



Figura 2- Ciclo da Inteligência Militar

Fonte: EB20-MC-10.207 - Inteligência

3.1.3 Exame de situação de inteligência

O Exame de situação “é o processo sistemático de planejamento detalhado de emprego dos elementos da F Ter que visa a dar uma sequência lógica e ordenada aos diversos fatores que envolvem o processo decisório nas Operações no Amplo Espectro” (BRASIL, 2016).

O Exame de Situação de Inteligência (Exm Sit Intlg) é parte fundamental em qualquer processo decisório. Em operações militares, sua condução é caracterizada pela execução de tarefas relativas à integração do Terreno – Condições Meteorológicas – Inimigo – Considerações Civis, conhecida pela sigla PITCIC (BRASIL, 2016).

O Exame de Situação é um processo dinâmico e multidimensional, que deve propiciar decisões sobre as operações correntes e, quando necessário, o planejamento de operações futuras. Este conceito não é novo, mas os avanços tecnológicos do campo de batalha têm reduzido o tempo disponível e ampliado as possibilidades que devem ser consideradas no processo de tomada de decisão operacional. Assim, o EM assessora o comandante nessa tomada de decisão e o perfeito conhecimento desse processo é essencial. (BRASIL, 2016).

A correta execução do Exame de situação faz com que o planejamento dos diversos integrantes do estado-maior seja sincronizado e conduza a uma solução exequível (Ordem de Operações) para o problema tático apresentado. (BRASIL, 2016)

A profundidade com que o Exame de situação vai ser executado será em função do tempo disponível, pois, do mesmo modo como poderá haver um prazo de semanas para o desencadeamento de uma operação, somente algumas horas poderão estar disponíveis. Para minorar o problema do tempo disponível, o oficial de Inteligência do Estado-Maior deve realizar seu Exame de Situação de forma contínua, em condições de apresentar suas conclusões no mais curto prazo. (BRASIL, 2016)

Uma das ferramentas usadas que auxiliou no planejamento e foi destacado como ponto positivo pelos comandantes de companhia e chefe da 2ª seção durante as entrevistas foi a utilização da fotografia aérea. Pela característica da missão, o reconhecimento do local era proibido para não alertar sobre uma possível operação no local e a fotografia aérea dava uma visão geral do ambiente onde transcorreria a missão.

Uma das demandas relatadas pelos chefes da 2ª seção na parte do exame de situação e planejamento foi o pequeno efetivo da seção, que na maioria dos casos era composta pelo chefe e 02(dois) auxiliares, e nenhum integrante possuía o curso de especialização na área de inteligência, ou seja, o pouco tempo destinado para o planejamento era em parte gasto com formatação de relatórios e documentos, busca nos manuais e portarias sobre técnica, táticas e procedimentos relativos aos integrantes da seção.

3.1.4 PITCIC

O Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, Inimigo e Considerações Civis (PITCIC) é um processo cíclico de caráter gráfico que permite, mediante análise integrada, a visualização de como o terreno, as condições

meteorológicas e as do inimigo, fornecendo dados reais e efetivos para auxiliar a tomada de decisões adequadas, maximizando o poder de combate em pontos críticos de tempo e espaço (BRASIL, 2016).

O PITCIC permite ao decisor visualizar como o terreno e as condições meteorológicas condicionam ou poderiam condicionar as nossas operações ou as do inimigo e, em consequência, a partir dessa imagem gráfica, tomar decisões mais adequadas, maximizando o poder de combate em pontos críticos de tempo e espaço (BRASIL, 2016).

Os princípios do PITCIC são comprovados e aplicáveis a todas as situações e em todos os escalões (BRASIL, 2016).

Na op furacão é fundamental esse processo, pois cada operação possui detalhes e características próprias de cada comunidade de forma que cada planejamento é próprio e único para cada operação.

Para realizar o estudo do terreno é necessário primeiramente entender seu relevo. O relevo é o conjunto de saliências e reentrâncias que compõem a superfície terrestre. É um componente da litosfera relacionado com o conjunto rochoso subjacente e com os solos que o recobre. Sua escultura modelada numa grande variedade de formas resulta da atuação simultânea e desigual, tanto no espaço como no tempo, não só dos fatores climáticos, bem como da estrutura da litosfera. Desta maneira, o relevo encontra-se em permanente transformação (MARTINELLI, 2009).

O relevo do Estado do Rio de Janeiro pode ser dividido em três unidades: as terras altas, as baixadas e os maciços costeiros. As terras altas compreendem o planalto, onde se encontram as maiores altitudes. Nesta unidade se localizam a Serra do Mar, o Planalto de Itatiaia e parte do Vale do Paraíba do Sul (CEPERJ, 2010). Os pontos culminantes das terras altas são: O pico das Agulhas Negras (2.791 m, no Município de Itatiaia), a Pedra dos Três Picos (2.310 m, entre os Municípios de Teresópolis e Nova Friburgo) e o Pico do Macela (1.840 m, no Município de Parati). Encontra-se no planalto, sobretudo nas áreas de relevo mais acidentado, o que restou da floresta que cobria quase todo o território do Estado do Rio de Janeiro, há quinhentos anos, quando aqui chegaram os portugueses. Ela é conhecida como Mata Atlântica nela se identificando três tipos de floresta: a Ombrófila Densa, a Ombrófila Mista e a Estacional Semidecidual.

Em várias partes do Estado, a floresta está renascendo espontaneamente, nos lugares onde a agricultura e a criação de gado deixaram de ser praticadas. Encontram-

se no litoral do Estado outros tipos de cobertura vegetal, como os manguezais e a vegetação existente nas praias, restingas e dunas.

As unidades de baixadas estão situadas entre o planalto e o oceano. Embora possuam o nome genérico de Baixada Fluminense, também são conhecidas pelas suas denominações locais, como: Baixada dos Goytacazes (ou Campista), Baixada dos Rios Macaé e São João, Baixada da Guanabara e Baixada de Sepetiba. Convém destacar que a expressão Baixada Fluminense fica restrita à porção do território do Estado do Rio de Janeiro que abrange os Municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti (CEPERJ, 2010).

As unidades denominadas de maciços costeiros (ou litorâneos) são elevações que surgem nas áreas das baixadas, desde o Município de Cabo Frio até o Município do Rio de Janeiro. Podemos acrescentar que o Estado do Rio de Janeiro possui um litoral extenso, com 636 quilômetros, que se estende desde a barra (fóz) do Rio Itabapoana (limite com o Espírito Santo) até a Ponta da Trindade (limite com São Paulo). Possui, também, um grande número de rios sendo o principal o Rio Paraíba do Sul.

Devido a essa complexidade do relevo do Rio de Janeiro, é que cresce de importância essa parte do PITICIC, onde o terreno irá influenciar diretamente na forma de abordagem e atuação na missão.

O estudo das condições meteorológicas deve ser levado em consideração, pois o Rio de Janeiro possui de acordo com o site www.suapesquisa.com o clima tropical atlântico que por característica recebe a influência de 03(três) massas de ar, a Massa Polar Atlântica, a Massa Tropical Atlântica e a Massa Equatorial Atlântica onde essas massas influenciam na pluviosidade, e escolher desencadear uma operação em um período sabidamente chuvoso pode trazer prejuízos para o resultado da missão.

No tocante ao inimigo, estudar a facção que domina a comunidade, o líder dessa facção, a forma como eles reagem ao emprego da tropa, a forma como eles tratam os moradores facilita o planejamento e a forma de abordar o local.

Por fim as considerações civis, onde a operação não pode interferir no cotidiano do morador, esse tópico é bastante sensível pois próximo a área onde é deflagrada a operação sempre tem escolas, igrejas, mercados, e uma atitude impensada pode gerar um dano colateral muito grande.

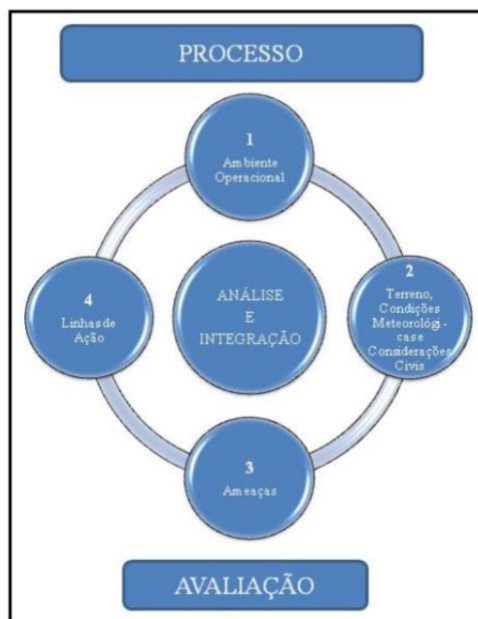


Figura 3 – PITICIC

Fonte: EB70-MC-10.307- Planejamento e Emprego da Inteligência Militar

3.1.5 Documentos de inteligência

A seguir, alguns dos documentos que os elementos da 2ª seção devem estar aptos a produzir e difundir e que eram usados nas OPERAÇÕES FURACÃO para ajudar na tomada de decisão, conforme o EB70-MC-10.307 PLANEJAMENTO E EMPREGO DA INTELIGÊNCIA MILITAR que são a mensagem de inteligência e o anexo de inteligência da ordem de operações

A mensagem de inteligência existe para informar tanto o escalão superior quanto a tropa e pode ser enviada em qualquer fase da missão. Devido as características da missão e a falta de um local apropriado, algumas vezes as mensagens de Inteligência eram enviadas através de um aplicativo de mensagem pelo celular para não perder o princípio da oportunidade.

No Anexo de Inteligência da Ordem de Operações constam informações e detalhes de toda área de atuação que são fundamentais para o êxito da missão, pois geralmente os locais onde ocorrem as operações não possuem um padrão e em alguns casos o local é modificado com novas construções ou obstáculos construídos pelos líderes das facções.

O carômetro é o documento onde consta a foto de todos os elementos que possuem mandando de prisão em aberto e os elementos mais perigosos da região, a posse desses documentos auxiliam na identificação dos criminosos que tentam se passar por pessoas comuns nas revistas e pontos de bloqueio. A confecção e responsabilidade desses documentos são dos integrantes da 2ª seção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa sobre a importância dos documentos de 2ª seção nas operações Furacão na cidade do Rio de Janeiro faz-se necessário à medida que cada vez mais o Exército Brasileiro vem atuando nas operações de garantia da lei e da ordem.

O foco do presente trabalho foi concluir de que maneira os documentos de 2ª seção auxiliam ou prejudicam o desenrolar desse tipo de operação, visando proporcionar maior eficiência com o mínimo de burocracia e encargos aos elementos de 1º escalão.

No que tange ao resultado das entrevistas realizadas, percebe-se que as demandas nas operações Furacão, como as que ocorrem no Rio de Janeiro, são muito dinâmicas e flexíveis, exigindo dos militares envolvidos um constante aprimoramento.

Foi unânime o entendimento que os documentos de 2ª seção são importantes nas operações, porém devido ao pequeno número de integrantes da 2ª seção, fica inviável cumprirem sua missão na integralidade necessitando do apoio dos elementos de 1º escalão.

A fração mínima que é empregada em uma determinada área em operações GLO é o grupo de combate (GC), composto por 01(um) 3º Sargento cmt GC, 02 (dois) Cabos como cmt de esquadra, e 06 (seis) soldados com 03 (três) soldados em cada esquadra. Quando tratamos de GLO o foco dos cmt em todos os níveis deve ser máximo pois é uma missão real, entendemos que se o cmt GC receber outros encargos além da sua missão principal como registro fotográfico da área e relatórios periódicos, sua atenção não estará na sua fração.

Deste modo, através da revisão de literatura e das discussões e resultados temos subsídios para afirmar que os documentos de 2ª seção são muito importantes nas operações Furacão.

Entende-se também que o número de integrantes da 2ª seção para este tipo de operação tem se mostrado insuficiente, por isso as frações de 1º escalão tem recebido encargos extras.

É recomendado que sejam escalados militares do batalhão para a formação de “módulos de inteligência”, em que os militares passariam por todos os requisitos e treinamentos comum aos integrantes da seção de inteligência, assim quando o batalhão fosse acionado para a operação Furacão estes militares reforçariam a 2ª seção.

Conclui-se, portanto, que é inegável a importância dos documentos de inteligência e a integração entre os elementos da 2ª seção com os militares que estão atuando em 1º escalão.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Leonardo Singer. Considerações sobre a relação entre Inteligência e seus usuários. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, DF, n.5, out 2009.

ARAÚJO, Mario L. A. Operações no amplo espectro: novo paradigma do espaço de batalha. **Doutrina Militar Terrestre.**, Brasília, DF, ed. 1. p. 16-27, jan-mar 2013.

BRASIL. Exército. **C 7-10: Companhia de Fuzileiros**. 1. ed. Brasília, DF, 1973.

_____. _____. **C 7-20: Batalhões de Infantaria**. 3. ed. Brasília, DF, 2003a.

_____. _____. **C 20-1: Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército**. 3. ed. Brasília, DF, 2003b.

_____. _____. **EB20-MC-10.207: Inteligência**. 1 ed. Brasília, DF, 2015.

_____. _____. **EB20-MF-10.107: Inteligência Militar Terrestre**. 2 ed. 2015

_____. Ministério da Defesa. **MD33-M-10: Garantia da Lei e da Ordem**. 2 ed. 2014

CAMPOS, Marcio Bessa. **O Emprego operacional atualizado da observação aérea em operações militares, com ênfase nas operações de garantia de lei e da ordem (GLO)**. 2004. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, ECEME, Rio de Janeiro, 2004.

CAON, Gustavo M. **O pelotão de fuzileiros de força de paz em operações urbanas na missão de paz no Haiti – uma proposta de emprego quaternário**. 2013. 97 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, EsAO, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Renato Candido. O Relevo do Rio de Janeiro. **www.infoescola.com**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/geografia/relevo-do-rio-de-janeiro/>> . Acesso em 20 set. de 2018.

Fundação Ceperj. O Estado do Rio de Janeiro e seu ambiente. **www.ceperj.rj.gov.br**, Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas, 2010. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/ambiente.html>. Acesso em 29 de dezembro de 2017.

Martinelli, M. Relevo do Estado de São Paulo. **www.journals.openedition.org** Confins Online, 2009. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/6168>>. Acesso em 22 de dezembro de 2017.

Geografia do Estado do Rio de Janeiro. **www.suapesquisa.com**. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/geografia/rio_de_janeiro.htm> . Acesso em 20 set. de 2018.